



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Maracanaú

3ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú

Rua Luiz Gonzaga Honório de Abreu, s/n, Parque Colônia Antônio Justa - CEP 61903-120, Fone: (85) 3371-8680, Maracanaú-CE - E-mail: maracanaú.3civel@tjce.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0011360-63.2019.8.06.0117**
 Apensos:
 Classe: **Procedimento Comum Cível**
 Assunto: **Obrigações de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Josue Marques de Sousa**
 Requerido: **Estado do Ceará**

VISTOS EM CONCLUSÃO.

Trata-se de **AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA LIMINAR**, proposta por **JOSUÉ MARQUES DE SOUSA**, representado por sua genitora a Sra. **LUCIVANIA MARQUES DE SOUSA**, ambos devidamente qualificados nos autos, contra o **ESTADO DO CEARÁ**, também qualificado.

Conforme relatado à Inicial, o Requerente, diagnosticado com **EPILEPSIA** (CID 10: G40.9), **TETRAPLEGIA** (CID10: G82.5) e **RETARDO MENTAL GRAVE** (CID10: F72.9), atualmente alimentando-se exclusivamente por via oral. Nesse sentido, de acordo com o laudo nutricional afivelado aos autos, subscrito pela Dra. Thays Regina Cunha (CRN 7371), faz-se necessária a intervenção de suplementação nutricional, com vistas a atingir suas necessidades calóricas de macro e micronutrientes.

Nessa senda, requereu a antecipação de tutela específica para obter o fornecimento imediato dos insumos requestados na quantidade determinada pelos profissionais que o assistem, com as seguintes especificações, por tempo indeterminado:

- Ensure: 6 medidas (52,3g), 3 vezes ao dia, 12 latas (400g)/mês ou;
- Nutren1.0: 7 medidas (55g), 3 vezes ao dia, 12 latas (400g)/ mês ou;
- Nutridrink max: 10 medidas (58g), 3 vezes ao dia, 13 latas (400g)/ mês;
-

Em sede de cognição inicial, foi proferida decisão interlocutória (fls. 32/34) antecipando os efeitos da tutela perquirida e determinando a citação do Ente Réu para responder aos termos da demanda em tela.

Contestação às fls. 41/58, pugnando, essencialmente, pela improcedência da Ação, sob a alegação de que os entes estaduais possuem atribuição tão somente suplementar na formulação de políticas de insumos, sendo de responsabilidade precípua dos municípios o atendimento das demandas envolvendo a prestação material de insumos de atenção básica, de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Maracanaú

3ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú

Rua Luiz Gonzaga Honório de Abreu, s/n, Parque Colônia Antônio Justa - CEP 61903-120, Fone: (85) 3371-8680, Maracanaú-CE - E-mail: maracanaú.3civel@tjce.jus.br

média e alta complexidade.

Parecer do Ministério Público, colacionado às fls. 65/69, manifestando-se pela ratificação em sua integralidade da decisão concessiva da tutela de urgência.

Eis o que importa relatar. Passo a decidir:

DA NATUREZA DA PRETENSÃO DE TUTELA ANTECIPADA SATISFATIVA

Preambularmente, é preciso ter em mente que em sede de ação ordinária, a concessão de tutela liminar satisfativa não enseja a total perda do objeto, mormente em razão da necessidade de sua confirmação em análise meritória. É o entendimento consolidado pela jurisprudência:

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO COMINATÓRIA. PRELIMINAR DE CHAMAMENTO AO PROCESSO DA UNIÃO E DO ESTADO DE ALAGOAS. DESNECESSIDADE. FORNECIMENTO DE INSUMO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE. QUESTIONAMENTO SOBRE A MEDIDA SATISFATIVA CONCEDIDA ATRAVÉS DE LIMINAR. DISCUSSÃO EXAURIDA ANTE A PROLAÇÃO DE SENTENÇA QUE ABSORVEU OS EFEITOS DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES DA FEDERAÇÃO. POSSIBILIDADE DE CONTROLE PELO PODER JUDICIÁRIO. RESGUARDO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS. PREVALÊNCIA DO DIREITO À SAÚDE EM DETRIMENTO DAS LIMITAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO PODER PÚBLICO. NÃO INFRINGÊNCIA À SEPARAÇÃO DOS PODERES OU AUTONOMIA DOS ENTES ESTATAIS. DESNECESSIDADE DE SUBORDINAÇÃO ÀS LISTAGENS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS. ALEGAÇÃO DE MALFERIMENTO À ISONOMIA NO TRATO COM O ADMINISTRADO. IGUALDADE MATERIAL. ALEGAÇÃO DA DESNECESSIDADE DA CONCESSÃO DE ASTREINTES. NECESSIDADE DA MULTA PELA RELEVÂNCIA DA PRESTAÇÃO. MANUTENÇÃO DA MULTA DIÁRIA PELO DESCUMPRIMENTO. CONDENAÇÃO DA PLEITEANTE À OBRIGAÇÃO DE COMPROVAR SEMESTRALMENTE A NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO DOS MEDICAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1) Não há que se falar em chamamento ao processo dos demais entes federados. Trata-se do direito social à saúde, competência concorrente dos estados membros. Nesse caso, há solidariedade entre as pessoas políticas para comporem o polo passivo da demanda. 2) A sentença confirmou a decisão antecipatória de tutela, absorvendo os seus efeitos. Dessarte, resta exaurida qualquer discussão a seu respeito. 3) A reserva do possível financeiro não é razão que se sobrepõe ao direito à vida. Antes de negar prestações positivas quanto aos direitos fundamentais, deve o Estado garantir o mínimo existencial à população. No mais, há entendimento reiterado dos pretórios de que para que os limites financeiros sejam motivo suficiente para esquivar-se das prestações positivas, deve constar nos autos prova de sua insuficiência financeira. 5) A concessão dos insumos pleiteados asseguram a vida digna e saúde da criança. Por mais que não esteja listado nos programas governamentais, o acesso por via judicial não exclui o direito dos demais cidadãos. O acesso à justiça é garantido a todos os cidadãos. Não há qualquer comprometimento à isonomia, mas sua promoção. 6) A multa coercitiva é necessária devido à urgência e relevância da demanda, além do que deve o estado prezar pela alimentação da criança, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente. 7) Trata-se de obrigação de trato sucessivo em que



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Maracanaú

3ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú

Rua Luiz Gonzaga Honório de Abreu, s/n, Parque Colônia Antônio Justa - CEP 61903-120, Fone: (85) 3371-8680, Maracanaú-CE - E-mail: maracanaú.3civel@tjce.jus.br

não foi fixado termo. Nessa senda, de forma a evitar desperdícios e prejuízo ao erário, fixou-se de ofício obrigação de comprovar semestralmente a necessidade dos medicamentos. (TJ-AL - APL: 07001155320128020090 AL 0700115-53.2012.8.02.0090, Relator: Des. Domingos de Araújo Lima Neto, Data de Julgamento: 16/10/2014, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 16/10/2014)

DA CATEGORIA FUNDAMENTAL / INDIVIDUAL DOS DIREITO A VIDA E À SAÚDE

Dito isso, adentrando no mérito da ação, ressalto que os direitos singulares à vida, à saúde e à dignidade da pessoa humana foram constitucionalmente descritos como direitos fundamentais e individuais, encontrando-se no vértice dos direitos humanos, no ápice da categoria dos direitos, devendo prevalecer sobre os interesses administrativos e financeiros de cada ente estatal e receber a proteção judicial, quando gravemente ameaçados.

Isso porque o Estado de Direito Brasileiro na sua Lei Maior definiu a saúde não só como um direito social (art. 6º, da CF/88), mas direito de todos e dever do Estado (art. 196, da CF/88), esse último entendido como gênero do qual são espécies a União, os Estados e os Municípios. Sistema financiado com recursos do orçamento da Seguridade Social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes (art. 198, § 1º, CF). Trata-se do Sistema Único de saúde no qual os entes federativos atuam solidariamente para entregar a saúde pública ao cidadão.

Quando a Carta de 1988 diz em seu art. 196 que a saúde é direito de todos e dever do Estado, ela dispõe que tal direito deve ser garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, devendo o Estado entregar o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Assim, a Carta Política coloca o Sistema Único de Saúde - SUS como um "todo" a ser administrado com os respectivos recursos de cada um dos entes da Federação: União, Estados e Municípios.

Ressalto ainda que a ordem constitucional vigente, nesse mesmo art. 196, consagra o direito à saúde como dever do Estado Federal, em todas as esferas, que deverá, por meio de políticas sociais e econômicas, propiciar aos necessitados não "qualquer tratamento", mas o tratamento mais adequado e eficaz, capaz de ofertar ao enfermo maior dignidade e menor sofrimento.

DA LEGITIMIDADE DE CADA ENTE FEDERATIVO PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DA AÇÃO.

Desse modo, o referido articulado de lei recebe a saudável interpretação de que tanto a União, os entes federativos e os Municípios possuem legitimidade para figurar no polo passivo de demandas em que se busca o fornecimentos de medicamentos, tratamento de saúde e outros pedidos semelhantes. Nesse sentido, o entendimento de Tribunais Pátrios, *verbis*:

"AGRAVO INOMINADO NA APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE PROCEDIMENTO ORDINÁRIO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA QUE DETERMINA AOS RÉUS, MUNICÍPIO E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETRÓPOLIS, QUE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Maracanaú

3ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú

Rua Luiz Gonzaga Honório de Abreu, s/n, Parque Colônia Antônio Justa - CEP 61903-120, Fone: (85) 3371-8680, Maracanaú-CE - E-mail: maracanaui3@tjce.jus.br

FORNEÇAM AO AUTOR LEITE ESPECIAL, INSUMOS E PRODUTOS, EM QUANTIDADE E PELO TEMPO NECESSÁRIOS. MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECURSO DO AUTOR PARA FIXAR MULTA DIÁRIA DE R\$300,00, PARA O CASO DO DESCUMPRIMENTO DA SENTENÇA. Não só é cabível, como recomendável, no caso sob exame - que versa sobre o direito fundamental à saúde, devendo ser a prestação estatal efetivada de forma imediata, sob pena de o menor experimentar prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação - a fixação da multa diária para o caso do descumprimento da sentença, a fim de atribuir-lhe maior efetividade. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

(TJ-RJ - REEX: 00122891420128190042 RJ 0012289-14.2012.8.19.0042, Relator: DES. JORGE LUIZ HABIB, Data de Julgamento: 25/03/2014, DÉCIMA OITAVA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 03/04/2014 12:31)"

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. PACIENTE PORTADORA DE REFLUXO GÁSTRICO ESOFÁGICO, POR INTOLERÂNCIA A LACTOSE. DECISÃO AGRAVADA NO SENTIDO DE DETERMINAR AO MUNICÍPIO AGRAVANTE A FORNECER LEITE NAN, SEM LACTOSE, INSUMO FUNDAMENTAL À SAÚDE E VIDA DO PACIENTE. DECISÃO QUE ANTECIPOU OS EFEITOS DA TUTELA. CABIMENTO. 1- O art. 196 do Texto Fundamental prescreve que a saúde é direito de todos e dever do Estado, enquanto que o art. 23, II, estabelece a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para cuidar da saúde e assistência pública e o art. 24, XII, por seu turno, preceitua que a competência para legislar concorrentemente sobre previdência social, proteção e defesa da saúde, é da União, dos Estados e do Distrito Federal, dispondo, assim, relação de solidariedade entre estes. 2- O cidadão pode exigir de qualquer um deles, sem qualquer ordem de preferência ou hierarquia, o cumprimento do seu dever de fornecimento da medicação necessária. O caso em análise gira em torno de matéria afeta à preservação do direito à vida e à saúde, tangenciando inclusive o mínimo existencial. A Teoria da Reserva do Possível não autoriza o ente federado a se evadir do cumprimento de norma constitucional que visa efetivar um direito erigido à categoria jurídica de direito fundamental. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO COM FULCRO NO ART. 557, CAPUT, DO CPC.

(TJ-RJ - AI: 184220420128190000 RJ 0018422-04.2012.8.19.0000, Relator: DES. FLAVIA ROMANO DE REZENDE, Data de Julgamento: 12/04/2012, PRIMEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 24/04/2012)"

Como dito, a saúde é um dever do Estado (art. 196, *caput*, CF c/c art. 2º, Lei nº 8.080/1990). Desta forma, tem-se que a conjunção das esferas federal, estadual, distrital e municipal na estruturação do SUS é também consequência do art. 23, II do texto constitucional, que atribui aos entes federados a competência comum para cuidar da saúde e da assistência pública.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Maracanaú

3ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú

Rua Luiz Gonzaga Honório de Abreu, s/n, Parque Colônia Antônio Justa - CEP 61903-120, Fone: (85) 3371-8680, Maracanaú-CE - E-mail: maracanau.3civel@tjce.jus.br

Ademais, outro não é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Ceará, no que diz respeito à solidariedade dos entes da Federação nas ações que tratem do Sistema Único de Saúde, tendo todos eles legitimidade para compor o polo passivo da demanda, senão vejamos:

"DIREITO PÚBLICO. REEXAME NECESSÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO CIVIL. DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE. DIREITO À VIDA. PESSOA HIPOSSUFICIENTE. FORNECIMENTO GRATUITO DE TRATAMENTO/MEDICAMENTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS. DEVER CONSTITUCIONAL. PRECEDENTES DAS CORTES SUPERIORES E DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REMESSA NECESSÁRIA E RECURSOS APELATÓRIO CONHECIDOS E DESPROVIDOS. 1. Inicialmente, fora ajuizada Ação de Obrigação de Fazer com pedido de tutela antecipada pela autora, ora apelada, em face do ente municipal apelante e do Estado do Ceará, para que lhe fosse fornecido medicamento RITALINA LA 20mg e NEOZINE 25mg, para tratamento de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade/Adulto – TDAH (CID 10 – F90), conforme receituário médico. 2 – A presente demanda, quanto ao meritum causae, está centrada na possibilidade ou não de concretização do direito à saúde, insculpido no rol do art. 6º da Constituição Federal de 1988 como um direito fundamental e social, pelo Poder Judiciário, quando não houver política pública universal que concretize o direito fundamental à saúde. 3 - O Estado (lato sensu), em qualquer de suas esferas, pode ser compelido a arcar com os produtos requestados, ainda mais quando o uso destes é indispensável à saúde do apelado, razão pela qual se afasta a escusa na obrigação do Município de Quixadá em oferecer os medicamentos e insumos necessários ao paciente portador de condição grave. 4 – O postulado da Reserva do Possível pode e deve ser utilizado pelo ente público para afastar o dispêndio dos recursos públicos para custear objetos supérfluos ou comprovadamente desnecessários ao cidadão que os pleiteia. Todavia, afigura-se inaceitável que o Estado se esconda da ação das garantias constitucionais sob o argumento de inexistência de verbas públicas, sem contudo demonstrar de forma objetiva essa impossibilidade. 5 – Reexame necessário e Apelação Cível conhecidos e desprovidos. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 1ª Câmara Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em conhecer o Reexame Necessário e o Recurso Apalatório, mas para negar-lhes provimento, mantendo-se inalterada a decisão, nos termos do voto do relator. Fortaleza, 31 de outubro de 2016 Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator".

"REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO ALIMENTAÇÃO ENTERAL PELO MUNICÍPIO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DO MUNICÍPIO REJEITADA. DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE E A VIDA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO À RESERVA DO POSSÍVEL. APELAÇÃO CÍVEL



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Maracanaú

3ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú

Rua Luiz Gonzaga Honório de Abreu, s/n, Parque Colônia Antônio Justa - CEP 61903-120, Fone: (85) 3371-8680, Maracanaú-CE - E-mail: maracanau.3civel@tjce.jus.br

DESPROVIDA. 1. O art. 23, da Constituição da República, dispõe ser competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência, estabelecendo ainda a Constituição em seu artigo 196, que a saúde é direito de todos e dever do Estado, competindo aos entes federativos, proporcionar a todos os indivíduos os meios efetivos para alcançá-lo. Logo, as esferas de governo são solidariamente responsáveis pelo cumprimento da imposição constitucional. Preliminar de ilegitimidade passiva do Município de Fortaleza rejeitada. 2. O direito à saúde é condição necessária a uma vida com dignidade, e é dever do Estado e direito de todos os cidadãos, devendo o estado promover condições indispensáveis ao seu pleno exercício. 3. O acesso à saúde é direito fundamental e as políticas públicas que o concretizam devem gerar proteção suficiente ao direito garantido, sendo passíveis de revisão judicial, sem que isso implique ofensa aos princípios da divisão de poderes e o da reserva do possível. 4. Não está ao alcance do judiciário impor assistência integral à saúde a todos que dela necessitam, visto que só pode se manifestar quando provocado pela parte interessada. Somente pode emitir decisão em favor daqueles que buscam sua manifestação para proteção e efetivação de seus direitos, mesmo que outros estejam a necessitar do tratamento omitido pelo Estado, o que não macula em absoluto o princípio da igualdade. 5. Apelação Cível conhecida e desprovida. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 2ª Câmara Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer da Apelação Cível desprovendo-a. Tudo nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Fortaleza, 08 de fevereiro de 2017. Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADORA MARIA IRANEIDE MOURA SILVA Relatora".

DA PERSPECTIVA INDIVIDUAL DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE E DA RESERVA DO POSSÍVEL

Observando detidamente os argumentos do ente público trazidos à colação nesse caderno digital, impende destacar que o direito de todos os cidadãos à obtenção de tratamento médico eficaz e gratuito deve abranger, quando necessário, à cura dos pacientes hipossuficientes, seja no fornecimento gratuito da medicação e tratamento essenciais ao combate às doenças ou à manutenção da saúde, de modo a preservar uma condição de existência, ao menos, minimamente condigna, em absoluto respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento de nosso Estado Democrático de Direito ([art. 1º](#), III, CRFB/88).

A dignidade da pessoa humana exige que o cidadão seja tratado pela administração pública não como uma coletividade, apesar de viver inserido em sociedade, sob pena de um confinamento intransponível e cruel do homem na massa. Ao invés, a pessoa humana não pode ser vista como uma manada, o homem precisa ser inserido pela administração pública individualmente, para evitar o comprometimento dos direitos basilares da vida, a dignidade humana, a saúde etc. aqueles diretos conhecidos como individuais e descritos na CRFB.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Maracanaú

3ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú

Rua Luiz Gonzaga Honório de Abreu, s/n, Parque Colônia Antônio Justa - CEP 61903-120, Fone: (85) 3371-8680, Maracanaú-CE - E-mail: maracanau.3civel@tjce.jus.br

Nesse contexto, a alegação de que o acolhimento do pedido inicial comprometerá o orçamento público também não pode ser um óbice legal para a preservação dos direitos constitucionais fundamentais, como a saúde e a própria vida, desse modo inverter-se-ia a relação das prioridades fundamentais estabelecidas pela Constituição, olvidando a dignidade humana e os demais princípios fundamentais da pessoa humana.

Em relação à violação ao princípio da Separação dos Poderes, verifica-se que, em que pese à atuação do Poder Judiciário no controle das políticas públicas não poder se dar de forma indiscriminada, a Administração Pública, ao violar direitos fundamentais por meio da execução ou falta injustificada de programas de governo, torna sua interferência perfeitamente legítima, servindo, portanto, como instrumento para restabelecer a integridade da ordem jurídica violada.

Nesse sentido, não se pode invocar a teoria da "reserva do possível" quando o ente estatal, em vista de sua inércia na tutela dos direitos essenciais, compromete o núcleo básico que qualifica o mínimo existencial da pessoa humana, entendimento pacificado pelo Colendo STF em sede de Recurso Extraordinário, leia-se:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO (LEI Nº 12.322/2010) - MANUTENÇÃO DE REDE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - DEVER ESTATAL RESULTANTE DE NORMA CONSTITUCIONAL - CONFIGURAÇÃO, NO CASO, DE TÍPICA HIPÓTESE DE OMISSÃO INCONSTITUCIONAL IMPUTÁVEL AO MUNICÍPIO - DESRESPEITO À CONSTITUIÇÃO PROVOCADO POR INÉRCIA ESTATAL (RTJ 183/818-819) - COMPORTAMENTO QUE TRANSGRIDE A AUTORIDADE DA LEI FUNDAMENTAL DA REPÚBLICA (RTJ 185/794-796) - A QUESTÃO DA RESERVA DO POSSÍVEL: RECONHECIMENTO DE SUA INAPLICABILIDADE, SEMPRE QUE A INVOCAÇÃO DESSA CLÁUSULA PUDE COMROMETER O NÚCLEO BÁSICO QUE QUALIFICA O MÍNIMO EXISTENCIAL (RTJ 200/191-197) - O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS INSTITUÍDAS PELA CONSTITUIÇÃO E NÃO EFETIVADAS PELO PODER PÚBLICO - A FÓRMULA DA RESERVA DO POSSÍVEL NA PERSPECTIVA DA TEORIA DOS CUSTOS DOS DIREITOS: IMPOSSIBILIDADE DE SUA INVOCAÇÃO PARA LEGITIMAR O INJUSTO INADIMPLEMENTO DE DEVERES ESTATAIS DE PRESTAÇÃO CONSTITUCIONALMENTE IMPOSTOS AO PODER PÚBLICO - A TEORIA DA "RESTRIÇÃO DAS RESTRIÇÕES" (OU DA "LIMITAÇÃO DAS LIMITAÇÕES") - CARÁTER COGENTE E VINCULANTE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS, INCLUSIVE DAQUELAS DE CONTEÚDO PROGRAMÁTICO, QUE VEICULAM DIRETRIZES DE POLÍTICAS PÚBLICAS, ESPECIALMENTE NA ÁREA DA SAÚDE (CF, ARTS. 6º, 196 E 197) - A QUESTÃO DAS



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Maracanaú

3ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú

Rua Luiz Gonzaga Honório de Abreu, s/n, Parque Colônia Antônio Justa - CEP 61903-120, Fone: (85) 3371-8680, Maracanaú-CE - E-mail: maracanaui@tjce.jus.br

“ESCOLHAS TRÁGICAS” - A COLMATAÇÃO DE OMISSÕES INCONSTITUCIONAIS COMO NECESSIDADE INSTITUCIONAL FUNDADA EM COMPORTAMENTO AFIRMATIVO DOS JUÍZES E TRIBUNAIS E DE QUE RESULTA UMA POSITIVA CRIAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO DIREITO - CONTROLE JURISDICCIONAL DE LEGITIMIDADE DA OMISSÃO DO PODER PÚBLICO: ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO JUDICIAL QUE SE JUSTIFICA PELA NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DE CERTOS PARÂMETROS CONSTITUCIONAIS (PROIBIÇÃO DE RETROCESSO SOCIAL, PROTEÇÃO AO MÍNIMO EXISTENCIAL, VEDAÇÃO DA PROTEÇÃO INSUFICIENTE E PROIBIÇÃO DE EXCESSO) - DOUTRINA - PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM TEMA DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DELINEADAS NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA (RTJ 174/687 - RTJ 175/1212-1213 - RTJ 199/1219-1220) - EXISTÊNCIA, NO CASO EM EXAME, DE RELEVANTE INTERESSE SOCIAL - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. (Ag. Reg. no Recurso Extraordinário com Agravo nº 745.745/MG, 2ª Turma do STF, Rel. Celso de Mello. j. 02.12.2014, unânime, DJe 19.12.2014).

No caso em apreço, segundo se afere da documentação colacionada aos autos, vê-se que os insumos foram devidamente prescritos por médico da rede pública municipal. Contudo, o Autor carece de recursos financeiros suficientes para custear seu tratamento, haja vista sua hipossuficiência econômica.

Mostra-se, portanto, demonstrada a gravidade do quadro clínico do paciente, com elevado risco de morte ou dano a sua integridade física, em caso de não fornecimento da dieta especificada em laudo nutricional às fls. 26.

Assim, deve ser confirmada a liminar que garantiu o paciente suporte nutricional adequado às suas necessidades, havendo de ficar consignado que não há que se falar em violação ao tratamento isonômico ou em indevida preterição empreendida pelo demandante contra o ente estadual, haja vista a comprovação inequívoca do delicado estado de saúde da parte autora.

Diante do exposto, **JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE** o pedido autoral para tornar definitiva a decisão de antecipação de tutela fls. 33/37, e determinar que o **ESTADO DO CEARÁ** adote as medidas necessárias para que seja fornecido gratuitamente ao autor, **JOSUÉ MARQUES DE SOUSA**, alimentação especial com as seguintes especificações, conforme prescrito pelos profissionais de saúde que o acompanham: Ensure: 6 medidas (52,3g) 3 vezes ao dia, 12 latas (400g)/mês; **ou** Nutren1.0: 7 medidas (55g), 3 vezes ao dia, 12 latas (400g)/ mês; **ou** Nutridrink max: 10 medidas (58g), 3 vezes ao dia, 13 latas (400g)/ mês, SENDO ESTES OS QUANTITATIVOS MENSIS, enquanto perdurar a situação de risco, a ser verificada por médico especialista e COMPROVADA PERANTE O EXECUTOR DA MEDIDA, TRIMESTRALMENTE. E assim, julgo **EXTINTO O FEITO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO**, nos termos do art. 487, I, do Processo Civil.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ****Comarca de Maracanaú****3ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú**

Rua Luiz Gonzaga Honório de Abreu, s/n, Parque Colônia Antônio Justa - CEP 61903-120, Fone: (85) 3371-8680, Maracanaú-CE - E-mail: maracanau.3civel@tjce.jus.br

Advirta-se a Comuna que o descumprimento desta sentença importa em multa diária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Sem custas e sem honorários advocatícios sucumbenciais, em razão do autor ser assistido pela Defensoria Pública do Estado do Ceará, em deferência à Súmula 421 do Superior Tribunal de Justiça.

P. R. I. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Maracanaú/CE, 02 de dezembro de 2021.

Regma Aguiar Dias Janebro

Juíza de Direito